

Esfria reação contra coligação vertical

Comissão do Senado não se reúne por falta de quorum; ação judicial é considerada difícil

Katia Guimarães
e Sérgio Prado
de Brasília

Durou menos de 24 horas o ímpeto da reação dos partidos no Congresso à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que obriga as coligações regionais a seguirem àquelas feitas em torno dos candidatos à Presidência da República. Logo nas primeiras horas da manhã de ontem, a primeira frente de resistência beirou o fiasco. A emenda constitucional que asseguraria autonomia às legendas para fazer alianças em todos os níveis nem chegou a ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Motivo: falta de quorum.

O presidente da comissão, Bernardo Cabral (PFL-AM) limitou-se a indicar seu colega José Fogaça (PPS-RS) como relator e encerrou a sessão. Depois de conseguir 54 assinaturas para apresentar a emenda — o dobro do necessário — em apenas algumas horas, os senadores viram sua pretensão de aprová-la começar a ruir. Do outro lado do corredor, na Câmara dos Deputados, havia a sensação de que a tramitação do projeto seria complicado.

O próprio presidente da Casa, Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a matéria não receberá tratamento especial. Pelo regimento, uma PEC tem de tramitar durante 40 sessões do plenário — dificilmente ocorrem mais de seis ou sete por semana. Esse fato impediria que a lei valesse para a atual eleição.

À tarde, a calma tradicional de quinta-feira sem votações polêmicas no parlamento era um retrato do ano eleitoral. Os poucos parlamentares que andavam sem pressa pelos corredores, plenários e gabinetes não escondiam que a possibilidade de aprovar a PEC é quase nula. Um assessor chegou a brincar que a proposta nasceu morta. “Nem nasceu”, rebateu, rindo, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que visitava o Senado no meio da tarde, na tentativa de achar uma brecha capaz de derrubar a decisão do TSE.

Esta é a mesma opinião dos pefelistas. Para o vice-líder do partido

na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), é impossível aprovar a emenda. Além disso, a PEC tornaria inviável uma futura adoção da verticalização das alianças, que no fundo é apoiada por todos os partidos. O problema, resume o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), foi a mudança das regras no meio de jogo.

O deputado do PFL resumiu o sentimento da maioria dos partidos. A saída provável pode ser a apresentação de uma proposta de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF). A medida vem sendo defendida desde a noite de terça-feira quando o tribunal se pronunciou. O primeiro partido a falar no assunto foi o PT. As demais lideranças também chegaram à conclusão de que esta pode ser a melhor alternativa. Uma Adin jogaria a unificação das coligações para o futuro e abriria o caminho para a votação da medida num projeto

de reforma política mais amplo.

Discussões sobre o que pode ser feito à parte, os partidos começam aos poucos a assimilar a idéia de cumprir a decisão do TSE já neste pleito. O senador Roberto Freire (PPS-PE) reconheceu em discurso no plenário, que seu partido já conta com essa possibilidade. Dentro do PFL, um parlamentar influente e com trânsito no Palácio do Planalto, também entende que os candidatos podem ter de conviver com essa nova realidade. A nova regra pode mexer profundamente com o equilíbrio de forças na base aliada, que tem como concorrentes Roseana Sarney (PFL) e José Serra (PSDB).

O senador Álvaro Dias (PTB-PR) acusou ontem o governo de agir no TSE para beneficiar seu candidato e obrigar a pefelista a apoiá-lo. O presidente do PSDB, José Aníbal (SP), rebate com veemência a acusação. “Isso é uma levandade. Imagina se um tribunal superior é um apêndice

da Presidência da República”. Mas o tucano não esconde sua posição. E diz que os partidos devem trabalhar com a realidade da verticalização neste ano. Segundo ele, depois de conversar com juristas, acha que nem mesmo uma Adin deve ser tentada.

A maioria dos analistas considera que Roseana tem mais a perder, pois ficar sem palanque na maioria dos estados, se preferir fazer carreira solo no primeiro turno. O PFL reconheceu em reunião de sua Executiva que é um dos partidos mais prejudicados pela decisão do TSE. E apelou para que a decisão seja revista. O maior beneficiado seria Serra. O grande trunfo do Palácio do Planalto é a quase certa aliança com o PMDB, costurada há meses.

O partido tem estrutura nacional e concorrentes fortes ao executivo em cerca de 15 estados. Por isso, é considerado pelos articuladores políticos de Serra como decisivo para isolar a candidata do PFL.